

Aula 00 - Profº Rodrigo Perni

*CNU (Bloco 6 - Setores Econômicos e
Regulação) Passo de Conhecimentos
Específicos - Eixo Temático 2 - Políticas
Públicas e Análises de Dados*

Autor:

**Allan Maux Santana, Rodrigo
Perni, Tulio Lages**

28 de Janeiro de 2024

Índice

1) Ciclo de Políticas Públicas - Cesgranrio 3



POLÍTICAS PÚBLICAS

Apresentação	2
O que é o Passo Estratégico?	3
Análise Estatística	4
Roteiro de revisão e pontos do assunto que merecem destaque	5
Aposta estratégica	19
Questões estratégicas	21
Questionário de revisão e aperfeiçoamento	25
Perguntas	25
Perguntas com respostas	26
Lista de Questões Estratégicas	32
Gabarito	34



APRESENTAÇÃO

Olá!

Sou o professor Rodrigo Perni e, com imensa satisfação, serei o seu analista do Passo Estratégico!

Para que você conheça um pouco sobre mim segue um resumo de nossa experiência profissional, acadêmica e como concursado:

Rodrigo Perni

- * Auditor – Fiscal da Receita Federal do Brasil;*
- * Coach do Estratégia Concursos;*
- * Responsável pela elaboração e análise estatística do Passo Estratégico de Arquivologia;*
- * Formado em Administração de Empresas;*
- * Cursando o 4º período do curso de Direito e*
- * Aprovado no concurso do ano de 2005, na 21ª posição na 2ª Região Fiscal no concurso para Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil.*

Estamos extremamente felizes de termos a oportunidade de trabalhar na equipe do “Passo”, porque tenho convicção de que nossos relatórios e simulados proporcionarão uma preparação diferenciada aos nossos alunos!



O QUE É O PASSO ESTRATÉGICO?

O Passo Estratégico é um material escrito e enxuto que possui dois objetivos principais:

- a) orientar revisões eficientes;
- b) destacar os pontos mais importantes e prováveis de serem cobrados em prova.

Assim, o Passo Estratégico pode ser utilizado tanto para turbinar as revisões dos alunos mais adiantados nas matérias, quanto para maximizar o resultado na reta final de estudos por parte dos alunos que não conseguirão estudar todo o conteúdo do curso regular.

Em ambas as formas de utilização, como regra, o aluno precisa utilizar o Passo Estratégico em conjunto com um curso regular completo.

Isso porque nossa didática é direcionada ao aluno que já possui uma base do conteúdo.

Assim, se você vai utilizar o Passo Estratégico:

- a) como método de revisão, você precisará de seu curso completo para realizar as leituras indicadas no próprio Passo Estratégico, em complemento ao conteúdo entregue diretamente em nossos relatórios;
- b) como material de reta final, você precisará de seu curso completo para buscar maiores esclarecimentos sobre alguns pontos do conteúdo que, em nosso relatório, foram eventualmente expostos utilizando uma didática mais avançada que a sua capacidade de compreensão, em razão do seu nível de conhecimento do assunto.

Seu cantinho de estudos famoso!

Poste uma foto do seu cantinho de estudos nos stories do Instagram e nos marque:



[@passoestrategico](https://www.instagram.com/passoestrategico)

Vamos repostar sua foto no nosso perfil para que ele fique famoso entre milhares de concurseiros!



ANÁLISE ESTATÍSTICA

Inicialmente, convém destacar os percentuais de incidência das questões de Políticas Públicas nas provas elaboradas pela banca CESGRANRIO.

Lembrando, quanto maior o percentual de cobrança de um dado assunto, maior sua importância:

Assunto	Grau de incidência em concursos anteriores
<u>Políticas Públicas e Programas Sociais por Segmentos</u>	47.69%
<u>Conceito, histórico e fundamentos das políticas públicas</u>	30.77%
<u>Políticas Públicas e Programas Governamentais</u>	13.85%
<u>Concepção, Operacionalização e Avaliação de Políticas Públicas</u>	6,15%



ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

Para revisar e ficar bem preparado no assunto, você precisa, basicamente, seguir os passos a seguir:

1. As políticas públicas consistem em um conjunto de decisões, ações e atividades que o governo desempenha para alcançar resultados que melhorem a vida dos cidadãos. Ou seja, trata-se de um conjunto de ações, planos, metas e objetivos que o governo traça, com o objetivo de alcançar o bem-estar social (bem comum).
2. Atenção, 08 (oito) características muito comuns dos problemas públicos, que fazem parte do cotidiano da produção de políticas públicas:
 - a) Problemas sem clara delimitação de fronteiras, sejam elas organizacionais, geográficas, setoriais ou mesmo relacionadas às distinções entre setor público e privado, característica que eleva a quantidade de atores envolvidos, interesses, ideias e potenciais conflitos e que aumenta a demanda por coordenação.
 - b) Problemas relacionados a bens públicos e que por esse motivo justificam a intervenção do setor público.
 - c) Problemas que envolvem escala e ações que precisam ser desenvolvidas em conjunto.
 - d) Problemas difíceis de serem resolvidos, ou que criam novos problemas.
 - e) Problemas complexos do ponto de vista técnico (dificuldade de compreensão dos processos que geram o problema ou processos que envolvem um grande número de interações) ou político (interesses múltiplos e conflituosos em torno de um problema).
 - f) Problemas que envolvem incerteza e risco, situações que não podem ser previstas;
 - g) Problemas marcados pelas chamadas “escolhas trágicas”, ou seja, que envolvem decisões caracterizadas por gerar benefícios a um grupo social ao mesmo tempo em que impõem perdas a outros grupos.
 - h) Problemas envolvendo redistribuição de riqueza por meio de subsídios, empréstimos, pensões e outras formas de transferências.
3. Wicked problems, conforme explica Capella, é “mais do que um problema complexo, ou de difícil tratamento, são problemas desestruturados e que desafiam continuamente os



analistas de políticas públicas.” Trata-se de “problemas mal definidos, difíceis de serem descritos, longe do alcance de soluções completas e objetivas.”

4. São características dos wicked problems:

- Ausência de uma formulação definitiva.
- Impossibilidade de adoção de uma solução definitiva.
- Inexistência de uma solução correta
- Impossibilidade de testar soluções previamente
- Interligação a diversos outros problemas.
- São problemas instáveis, sujeitos a múltiplas definições por parte dos diferentes grupos sociais interessados.

5. Assimile o conceito da Abordagem Estatista (Estado-cêntrica):

- Para a abordagem estatista, a gestão das políticas públicas é algo estritamente relacionado aos atores governamentais. Sendo assim, o que irá determinar se uma política é considerada “pública” é a personalidade jurídica do “ator principal” dessa política. Em outras palavras, para a abordagem estatista o Estado detém a exclusividade (“monopólio”) para fazer políticas públicas.

6. Assimile o conceito da Abordagem Multicêntrica:

- A abordagem multicêntrica, por sua vez, entende que organizações privadas, organização não governamentais e organizações multilaterais, são, juntamente com os atores governamentais, protagonistas na implantação e implementação de políticas públicas. Ou seja, essa abordagem permite a existência de diversos centros tomadores de decisão dentro de um conjunto de regras previamente acordadas.

7. A literatura diferencia 03 dimensões da política que estão entrelaçadas e se influenciam mutuamente. São elas:

- Polity (Dimensão Institucional): Expressão utilizada para denominar as instituições políticas. Essa dimensão se refere à ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico, e à estrutura institucional do sistema político-administrativo. Em outras palavras, tratam-se das estruturas institucionais baseadas em um conjunto de normas do sistema jurídico.
- Politics (Dimensão Processual): Expressão utilizada para denominar os processos políticos (atividade política). Ou seja, consiste no processo político, frequentemente de caráter conflituoso, no que diz respeito à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição. Em outras palavras, trata-se do processo político propriamente dito com as relações de influência e poder.



- Policy (Dimensão Material): Expressão utilizada para denominar os conteúdos "concretos" (conteúdo "material") da política. Ou seja, são os conteúdos concretos, isto é, se refere à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas. São as decisões tomadas e as ações concretas para realizá-las. Em outras palavras, são as políticas públicas propriamente ditas.
8. Conforme explica Rua, as políticas públicas (policy) são outputs, resultantes da atividade política (politics), e compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores.
9. Considera-se que grande parte da atividade política dos governos se destina à tentativa de satisfazer as demandas que lhes são dirigidas pelos atores sociais ou aquelas formuladas pelos próprios agentes do sistema político, sendo que Rua explica que as demandas podem ser de 03 tipos:
- Demandas novas: são aquelas que resultam do surgimento de novos atores políticos ou de novos problemas.
 - Demandas recorrentes: são aquelas que expressam problemas não resolvidos ou mal resolvidos, e que estão sempre voltando a aparecer no debate político e na agenda governamental.
 - Demandas reprimidas: são aquelas constituídas por "estados de coisas" (ou seja, os políticos não a reconhecem como "problemas") ou então constituídas por não-decisões.
10. A política pública, normalmente, envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. A decisão política por sua vez, corresponde a uma escolha dentre um leque de alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando (em maior ou menor grau) uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis. Portanto, pode-se dizer que uma política pública depende de decisões políticas (ou seja, a política pública é resultado de decisões políticas); contudo, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública.
11. De acordo com Theodore Lowi, quanto aos Impactos (custos e benefícios) gerados/esperados na sociedade, as políticas públicas podem ser classificadas de 04 tipos:
- Políticas regulatórias: são as que tem por objetivo regular a atuação e o comportamento de pessoas, grupos e organizações. Para isso, são utilizadas regulamentações simples (por exemplo: portarias e decretos) ou então regulamentações complexas (por exemplo: código de trânsito).



- Políticas distributivas: tratam-se de políticas em que os benefícios são concentrados apenas para alguns grupos de atores da sociedade, enquanto os custos são “difusos” (são divididos) por toda a coletividade (contribuintes).
- Políticas redistributivas: são políticas nas quais um grupo restrito de pessoas custeia o benefício de um outro grupo restrito de pessoas. Ou seja, os benefícios são concentrados em determinado grupo de atores da sociedade, enquanto os custos são concentrados em outro grupo de pessoas.
- Políticas constitutivas (Políticas estruturadoras): são as políticas que definem as “regras do jogo”. Conforme explica Lowi, “são regras sobre os poderes e regras sobre as regras”. Ou seja, são as políticas que definem as competências, jurisdições, regras da disputa política e regras da elaboração de políticas públicas.

12. Teixeira explica que, quanto aos impactos que podem causar aos beneficiários, ou ao seu papel nas relações sociais, as políticas públicas podem ser classificadas em 03 modalidades:

- Regulatória: visam definir regras e procedimentos que regulem comportamento dos atores para atender interesses gerais da sociedade. Não visam benefícios imediatos para qualquer grupo. Por exemplo: ordens, proibições, portarias, decretos, etc.
- Distributivas: visam distribuir benefícios individuais. Relacionadas à alocação de recursos. Costumam ser instrumentalizadas pelo clientelismo.
- Redistributivas: visam redistribuir recursos entre grupos sociais distintos. Buscando certa equidade, retiram recursos de um grupo para beneficiar outros, o que provoca conflitos.

13. Teixeira ainda ensina que, quanto à natureza ou grau de intervenção, as políticas públicas podem ser classificadas em 02 tipos:

- Estrutural: buscam interferir em relações estruturais como renda, emprego, propriedade, etc.
- Conjuntural (Emergencial): são políticas que tem por objetivo intervir sobre uma situação temporária e imediata.

14. Teixeira destaca que, quanto à abrangência dos possíveis benefícios, as políticas públicas podem ser classificadas de 03 formas:

- Universais: são para todos os cidadãos.
- Segmentais: são para um segmento específico da população, caracterizado por um fator determinado (idade, condição física, gênero etc.)



- Fragmentadas: são destinadas a grupos sociais específicos dentro de determinado segmento.

15. Procopiuck, ao seu turno, classifica as políticas públicas em 04 tipos: 7

- Setorializadas: Trata-se de uma delimitação temática. Ou seja, a delimitação das políticas públicas ocorre por “temas”.
- Territorializadas: Trata-se de uma delimitação geográfica. Ou seja, a delimitação das políticas públicas ocorre por “área geográfica” (circunscrição territorial).
- Verticais: São as mais tradicionais e comuns de serem encontradas. Procopiuck explica que “são políticas desenvolvidas com base em estruturas organizacionais relativamente simples e, normalmente, conduzidas a partir de diretrizes mais amplas. Dessas estruturas mais amplas emanam decisões que servem de guias gerais para decisões subseqüentes até chegarem aos níveis operacionais de execução concreta da política pública.” Nas políticas verticais, para se “manter alinhamento e consistência do fluxo decisório, os âmbitos hierarquicamente inferiores devem tomar como referência as diretrizes superiores e coerentemente com elas executarem as ações de sua competência.
- Horizontais: Também chamadas de políticas públicas mutuamente integradas, as políticas horizontais são desenvolvidas entre partes de uma mesma organização ou por organizações que se encontram em um mesmo “nível hierárquico”.

16. Conforme Secchi, o ciclo de políticas públicas “é um esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes”.

17. Para Howlett e Ramesh, as fases das políticas públicas são as seguintes:

- A) Construção da agenda
- B) Formulação da política
- C) Tomada de decisão
- D) Implementação
- E) Avaliação

18. Para Kingdon, a agenda consiste em uma “lista de temas ou problemas que são alvo em dado momento de séria atenção, tanto por parte das autoridades governamentais como de pessoas fora do governo, mas estritamente associada às autoridades.”



19. Kingdon, diferencia 03 tipos de agenda:

- Agenda Não Governamental (agenda sistêmica): trata-se da agenda que contém uma lista de assuntos que são reconhecidos pela sociedade em geral como “problemas”. Contudo, o governo não dá muita atenção a esses temas.
- Agenda Governamental: trata-se da agenda que inclui os problemas que merecem atenção do governo. São problemas que já estão sendo analisados pelo governo de modo formal e institucionalizado.
- Agenda de Decisão (agenda decisória): trata-se da agenda que inclui a lista dos problemas a serem decididos. Ou seja, a agenda decisória contém uma lista de problemas que estão em um processo de decisão formal pelos agentes políticos e que, de fato, serão tema de uma política pública.

20. Para Kingdon a dinâmica existente entre três fluxos fazem com que determinados temas sejam priorizados pelo governo (e entrem na agenda) enquanto outros temas sejam desprezados (e não entrem na agenda). Vejamos quais são esses 03 fluxos:

- Fluxo dos problemas: esse fluxo focaliza os problemas públicos. Os problemas públicos entram na agenda quando se entende que deve ser feito algo para solucioná-los.
- Fluxos de soluções: esse fluxo focaliza as soluções/alternativas. Um grupo de especialistas (conhecidos como policy communities) desenvolvem um conjunto de soluções e alternativas para problemas públicos.
- Fluxo político: esse fluxo focaliza a política propriamente dita. Tratam-se das negociações e barganhas que ocorrem entre os políticos. Dependendo desse “jogo de disputas”, determinados temas podem entrar na agenda, enquanto outros temas ficam de fora.

21. De acordo com o IPEA, “a formulação da política envolve um conjunto de instituições e atores na busca de objetivos relacionados a demandas de determinado público-alvo envolvido em um problema específico”. De acordo com o modelo proposto pelo Instituto, é nessa etapa que a política é “desenhada” e “caracterizada”.

22. De acordo com obra de Paludo, algumas abordagens/modelos de formulação/análise de políticas públicas destacadas pelo autor, são:

Abordagem	Características
Institucional Clássica	<ul style="list-style-type: none">- Essa abordagem enfatiza o papel do Estado na concepção e implementação das políticas públicas. O foco está em entender como são definidas a estrutura e a organização, como são distribuídos os deveres e funções das instituições governamentais específicas.- As instituições governamentais são vistas como padrões estruturados



	<p>de comportamento de indivíduos e grupos com capacidade de influenciar a formulação da política pública. As instituições podem ser estruturadas com a função de facilitar ou obstar (dificultar) o andamento das políticas públicas, em função de diferentes interesses.</p>
Neoinstitucionalista	<ul style="list-style-type: none"> - Essa abordagem é um contraponto ao modelo Institucional Clássico. - As instituições políticas não são vistas como simples ecos de forças sociais, e as estruturas institucionais são mais do que uma "arena de competição" entre interesses rivais. - As instituições, além de estruturarem políticas, pautam o comportamento de atores sociais por definirem quem é capaz de participar em determinada arena política; estruturar várias estratégias políticas dos atores, e sem depender de que existam consensos ou de influenciarem o que tais atores acreditam ser possível e desejável. ou seja, as suas preferências. - Os atores políticos são dirigidos por deveres e papéis institucionais (ao invés de serem dirigidos por egoísmo calculado) e a política é organizada em torno da construção e da interpretação de significados (ao invés da criação de escolhas).
Processual	<ul style="list-style-type: none"> - Essa abordagem tem foco no processo político, visto como atividades políticas são estruturadas sequencial e logicamente em fase de identificação de situação-problema, formulação de agenda, legitimação, implementação e avaliação.
Grupos de Interesse	<ul style="list-style-type: none"> - De acordo com a Teoria dos Grupos, as políticas públicas podem ser vistas como resultado da articulação organizada de indivíduos ou organizações com interesses convergentes, que utilizam influência e poder de pressão para impor ao Estado a adoção de medidas que os beneficiem. Há duas formas de configuração de tais grupos: - Grupo de interesse: é formado por pessoas físicas e/ou jurídicas que, explicita ou implicitamente, defendem determinados propósitos, interesses, aspirações ou direitos que lhes coloquem em situação de vantagem em relação ao restante da sociedade ou de outros grupos quanto à alocação de recursos ou de poder. - Grupo de pressão: é o grupo de interesse detentor e com potencial de utilizar ativa e intencionalmente recursos humanos e materiais para a priorizar seus objetivos em discussões políticas até atingi-los. Os objetivos podem ser no sentido de defesa de mudança ou de manutenção do status quo.
Racional	<ul style="list-style-type: none"> - De acordo com essa abordagem, a política pública resulta do cumprimento eficiente de metas metodológica e racionalmente predefinidas. - Essa abordagem defende a ideia de que a racionalidade leva à elevação da eficiência na aplicação de recursos para obtenção de resultados otimizados. A eficiência da política pública, por sua vez, resultaria do cálculo do nível de satisfação ou insatisfação gerado para



	<p>e elevar valores social, política e economicamente demandados pela sociedade.</p> <ul style="list-style-type: none">- Essa abordagem parte do princípio de que os tomadores de decisão são conhecedores das preferências e valores da sociedade e sua importância relativa e que eles detêm domínio sobre as alternativas políticas possíveis, bem como o controle sobre suas consequências.- Os cálculos sobre as relações entre custos e benefícios se constituem nos parâmetros decisórios para escolha de alternativas mais eficientes.
Sistêmica	<ul style="list-style-type: none">- De acordo com a abordagem sistêmica, a política pública é resultado da manifestação do sistema político para atender às necessidades e forças originadas na sociedade.- As demandas e forças externas são os inputs. O sistema político representa o meio de processamento de meios para atendê-las. E a política pública, por fim, representa o output (ou seja, a resposta à sociedade).- O sistema político é formado por estruturas e processos inter-relacionados destinados a alocar autoritariamente valores e recursos para a sociedade.- O sistema é formado por instituições e atividades em funcionamento para transformar demandas em decisões impositivas para execução legitimada da política pública.

23. A tomada de decisões é a fase em que os agentes políticos escolhem (dentre as alternativas disponíveis) aquela alternativa que eles entendem ser a melhor solução para o problema.

24. Seguem modelos de tomada de decisão:

- Modelo Racional (Racional-compreensivo): considera que o responsável por tomar as decisões possui informações completas e a capacidade plena para processá-las, sendo capaz, ainda, de compreender as consequências exatas de cada decisão. Esse modelo parte do princípio de que o tomador de decisão conhece todos os custos e benefícios envolvidos em cada decisão. O objetivo é optar por políticas em que os ganhos (benefícios) superem os custos, e evitar aquelas políticas em que os custos sejam maiores do que os ganhos (benefícios). O foco está em buscar as alternativas mais eficientes.
- Modelo Incremental: busca-se solucionar os problemas de maneira gradual (ou seja, "pouco a pouco", sem introduzir grandes modificações e sem introduzir rupturas de qualquer natureza). Em contraponto ao modelo racional, o modelo incremental leva em consideração os "custos" das decisões e também leva em consideração que nem sempre se tem todas as informações disponíveis. Portanto, as decisões devem ser, muitas vezes, incrementais, de pequena escala, em processos de "ajustamento mútuo entre os parceiros".



- Mixed-scanning (Sondagem mista): Os dois modelos que estudamos anteriormente apresentam alguns “problemas”. O modelo racional é considerado ingênuo por acreditar que a informação é “perfeita” e por não considerar adequadamente o peso das relações de poder na tomada de decisões. O modelo incremental, por sua vez, mostra-se pouco compatível com a necessidade de mudanças e pode apresentar um viés conservador.
 - Garbage can (lata de lixo): o ponto central desse modelo é que as soluções/alternativas procuram os problemas (e não o contrário). Ou seja, primeiro são construídas diversas soluções em “tese” (ou seja, soluções que ainda não tem um problema específico em mira). Essas soluções ficam “aguardando” em uma “lata de lixo” (isto é, a “lata de lixo” possui uma “coleção” de soluções em tese).
25. Para Secchi, a implementação é “constituída pelo planejamento e organização do aparelho administrativo e dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos necessários para executar uma política. Trata-se da preparação para pôr em prática a política pública, a elaboração de todos os planos, programas e projetos que permitirão executá-la.”
26. Conforme explica Sabatier, existem 02 modelos de implementação das políticas públicas:
- Modelo top-down (de cima para baixo): esse modelo é caracterizado pela clara separação entre o momento da tomada de decisão (realizado pelos “agentes políticos”, tomadores de decisão) e o momento de implementação (realizado pela “burocracia”, executores). Em outras palavras, existe a clara distinção entre Política (agente políticos, tomadores de decisão, considerado um processo mais “importante”) e Administração (burocracia, executores, considerado um processo menos “importante”). Trata-se de um processo linear de implementação de políticas públicas.
 - Modelo bottom-up (de baixo para cima): esse modelo é caracterizado pela maior liberdade dos “burocratas” e de outros atores em auto-organizar e modelar a implementação de políticas públicas. Ou seja, os implementadores (executores) de políticas públicas participam mais do processo e tem uma maior liberdade para decidirem sobre “soluções” durante a implementação das políticas públicas (posteriormente, os tomadores de decisão dos altos escalões “legitimam” as práticas que foram adotadas pelos burocratas).
27. De acordo com Anderson, a avaliação das políticas públicas é o “processo de julgamentos deliberados sobre a validade de propostas para a ação pública, bem como sobre o sucesso ou a falha de projetos que foram colocados em prática”.
28. O monitoramento tem papel extremamente relevante na execução das políticas públicas, e não deve ser desprezado em nenhuma hipótese. Trata-se de “um processo contínuo ao



longo da implementação, realizado pelo próprio órgão responsável pela política pública. Tem como objetivo controlar a entrega de insumos, o calendário de trabalho e verificar se os produtos estão de acordo com as metas. O monitoramento permite identificar problemas e falhas durante a execução que prejudicam as ações, os processos ou os objetivos da política pública e, assim, reúne condições para corrigir rumos ou ajustar os planos de implementação.

29. Quanto ao momento de realização, a avaliação pode ser de 03 tipos:

- Avaliação Ex ante (Avaliação Diagnóstica / Controle Prévio): Trata-se de uma avaliação "inicial", que ocorre antes da implementação. Busca-se identificar a situação. Essa avaliação é realizada para avaliar a viabilidade do programa/política pública a ser implementado. Trata-se de um controle proativo, que busca evitar erros no desenho e formulação de programas/políticas públicas.

- Avaliação In itinere (Avaliação Formativa / Controle Concomitante / Avaliação Intermediária): Trata-se de uma avaliação que ocorre durante a implementação. Busca-se avaliar o "andamento" do programa/política pública. Essa avaliação é realizada para se adquirir mais "conhecimento" sobre o processo, com o objetivo de melhorar a implementação e o desenvolvimento do programa/política. Trata-se de um controle reativo, que busca detectar e corrigir os desvios que ocorrem durante a execução das atividades.

- Avaliação Ex post (Avaliação Somativa / Controle Posterior): Trata-se de uma avaliação "final", que ocorre após da implementação. Busca-se avaliar os resultados do programa/política pública. Essa avaliação é realizada para avaliar se o programa/política pública atingiu os resultados esperados. Busca-se verificar a eficácia do programa/política pública. Trata-se de um tipo de controle que tem foco no resultado.

30. Quanto à função, a avaliação pode ser de 02 tipos:

- Avaliação Somativa (avaliação de conteúdo): busca-se obter informações necessárias para basear a tomada de decisão referente à continuidade de um programa/política pública (o programa deve continuar "como está", expandir ou terminar?). Esse tipo de avaliação se refere ao estudo dos "resultados" obtidos pelo programa. O foco está no resultado.

- Avaliação Formativa: busca-se obter informações para a melhoria do objetivo. É realizada durante o processo de implementação/execução do programa/política pública, com o objetivo de fornecer informações sobre o "andamento" do programa. Busca-se verificar se tudo está ocorrendo de acordo com o planejado e, se necessário, melhorar o funcionamento do que já está sendo colocado em prática. O foco está no processo.



31. Quanto ao agente avaliador, a avaliação pode ser de 04 tipos:

- Avaliação Interna: Trata-se da avaliação realizada por indivíduos que possuem envolvimento direto ou indireto com o programa/política pública (ou seja, indivíduos “de dentro” da instituição responsável pelo programa/política pública).
- Avaliação Externa: Trata-se da avaliação realizada por indivíduos “de fora” da instituição responsável pelo programa/política pública (ou seja, indivíduos que não integram o quadro de pessoal da instituição responsável pelo programa/política pública).
- Avaliação Mista: Trata-se da avaliação realizada tanto por indivíduos “de dentro” da instituição responsável pelo programa/política pública, quando por indivíduos “de fora” da instituição. Trata-se de uma combinação da avaliação interna com a avaliação externa.
- Avaliação Participativa: Trata-se de uma avaliação que envolve, no processo avaliativo, a integração dos usuários (beneficiários dos programas/políticas públicas) e dos gestores. Ou seja, o que se busca é a participação dos beneficiários, com o intuito de minimizar a “distância” entre avaliadores e beneficiários de programas/políticas públicas.

32. Quanto ao conteúdo, a avaliação pode ser de 03 tipos:

- Avaliação Conceitual (Design): tem por objetivo analisar a concepção do programa/políticas pública no que tange a sua racionalidade, coerência e consistência.
- Avaliação do Processo de Implementação e Gestão do Programa: tem por objetivo analisar a maneira pela qual o programa/políticas pública é gerido e executado, medindo a capacidade de uma Entidade em relação à concepção, à implementação, à monitorização e à avaliação.
- Avaliação de Impactos e Resultados: tem por objetivo analisar o nível em que o programa/política pública alcança os objetivos ou atinge o valor de parâmetros ou critérios definidos e os custos disponíveis.

33. Quanto à metodologia, a avaliação pode ser de 03 tipos:

- Avaliação de Metas: tem por objetivo analisar o grau de sucesso da política pública em relação ao alcance das metas (objetivos) propostas. O foco está na eficácia.
- Avaliação de Impacto: tem por objetivo identificar os efeitos produzidos sobre os beneficiários da política pública. O foco está na efetividade.
- Avaliação de Processos: tem por objetivo investigar o alcance e “cobertura” de um programa/políticas pública, o grau em que se está alcançando a população beneficiária e, principalmente, o acompanhamento de seus processos internos. O foco está na eficiência.



34. A avaliação da política pública pode ter, como resultado, os seguintes desfechos:
- a) continuação da política pública da maneira que ela está.
 - b) reestruturação marginal de aspectos práticos da política pública (casos em que foram observadas algumas adversidades; portanto, existe a necessidade de serem feitos alguns ajustes).
 - c) extinção da política pública (casos em que o “problema” público foi resolvido, ou quando as adversidades observadas na implementação da política pública são muito grandes e insuperáveis).
35. A análise das políticas públicas pode ser realizada através de métodos quantitativos ou qualitativos.
- Métodos Quantitativos (objetivos): São capazes de medir um resultado de forma objetiva. O valor numérico obtido representa o fenômeno que está sendo medido. Os resultados podem ser medidos mais facilmente. Por exemplo: número de homicídios, número de óbitos por doença contagiosa, etc.
 - Métodos Qualitativos (subjetivos): são métodos mais subjetivos (dependem do julgamento individual de cada pessoa). Buscam avaliar as “mudanças” ocorridas ou “sentidas” em determinado processo. Por exemplo: avaliação do sentimento da população em relação à segurança na cidade; ou então, avaliação da população em relação aos serviços de saúde oferecidos pela cidade.
36. As políticas públicas podem ser analisadas através de duas técnicas: Análise Custo-Benefício e Análise Custo-Efetividade. Essas técnicas são utilizadas para auxiliar o gestor público a tomar decisões sobre quais políticas públicas ele deve implementar.
- Análise Custo-Benefício (ACB): é utilizada quando os custos e os resultados das políticas públicas podem ser traduzidos em unidades monetárias (dinheiro). Trata-se de uma análise quantitativa.
 - Análise Custo-Efetividade (ACE): é utilizada quando os resultados (impactos) não podem ser aferidos monetariamente. Portanto, busca-se analisar os benefícios (impactos) dos programas ou projetos governamentais. Trata-se de uma análise qualitativa.
37. Os principais métodos utilizados para a coleta de dados são: a pesquisa documental, o estudo de caso, a pesquisa (survey), a pesquisa experimental, a pesquisa quase-experimental e a pesquisa não experimental.
38. De acordo com a Corte de Contas Federal, as principais técnicas de coleta de dados são: questionários, entrevistas, observação direta e uso de dados existentes.



39. Depois dos dados terem sido coletados, os principais métodos de análise de dados são:
- Tabulação de frequências: Esse método é utilizado para analisar as informações coletadas através de questionários. Após a coleta de informações, os dados devem ser tabulados; isto é, as informações devem ser checadas e dispostas de forma a permitir que sejam realizados cálculos de frequência, representação gráfica das informações, etc. Em outras palavras, consiste em “organizar” os dados para que seja mais fácil “visualizar” as informações obtidas.
 - Análise gráfica de dados: Depois que os dados já foram coletados e devidamente tabulados, podem ser elaborados diversos tipos de gráficos (histogramas, gráficos de barras, gráficos de dispersão, etc.). Com isso, é possível sintetizar as informações e visualizar “tendências”, bem como desempenhos extremos (diferenças grandes nos resultados, sejam bons ou ruins). Por exemplo: através de um gráfico, é possível verificar a desigualdade na distribuição de bens ou serviços públicos.
 - Análise qualitativa: A análise qualitativa (subjetiva) é feita com base no julgamento profissional de especialistas. Portanto, depende do julgamento dos avaliadores. Esse tipo de análise envolve a comparação entre informações proveniente de diversas fontes.
40. Conforme explica Sousa, o modelo lógico consiste em uma “representação gráfica da teoria de funcionamento de um programa, benefício, serviço ou política pública que retrata as relações entre os componentes necessários a sua implementação e os efeitos esperados sobre a população.” O autor explica que o modelo “não pretende ser um retrato preciso da realidade, mas um recurso analítico importante para se compreender melhor o processo de construção de uma ação pública” sendo que “a principal preocupação dessa ferramenta não é gerar medidas, mas descrever de forma clara e sucinta as intervenções públicas”.
41. O modelo lógico é uma metodologia de formulação de políticas públicas formado por 05 componentes (elementos):
- Insumos: Referem-se aos recursos do setor público (orçamentários ou não) necessários para atingir os objetivos da política pública.
 - Processos: São as ações que combinam os recursos disponíveis para produzir bens e serviços a fim de atacar as causas do problema.
 - Produtos: São os bens ou serviços resultantes de um processo, ou seja, as entregas (outputs) que a política pública faz para atacar as causas do problema e gerar resultados.
 - Resultados: São mudanças incidentes sobre as causas do problema, que decorrem de um ou mais produtos.



- Impactos: Mudança de longo prazo no problema que a política busca enfrentar, alinhado aos objetivos da política. Ou seja, tratam-se das contribuições da política pública para determinadas mudanças sociais.



APOSTA ESTRATÉGICA

A ideia desta seção é apresentar os pontos do conteúdo que mais possuem chances de serem cobrados em prova, considerando o histórico de questões da banca em provas de nível semelhante à nossa, bem como as inovações no conteúdo, na legislação e nos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais¹.



1. Atenção, 08 (oito) características muito comuns dos problemas públicos, que fazem parte do cotidiano da produção de políticas públicas:
 - a) Problemas sem clara delimitação de fronteiras, sejam elas organizacionais, geográficas, setoriais ou mesmo relacionadas às distinções entre setor público e privado, característica que eleva a quantidade de atores envolvidos, interesses, ideias e potenciais conflitos e que aumenta a demanda por coordenação.
 - b) Problemas relacionados a bens públicos e que por esse motivo justificam a intervenção do setor público.
 - c) Problemas que envolvem escala e ações que precisam ser desenvolvidas em conjunto.
 - d) Problemas difíceis de serem resolvidos, ou que criam novos problemas.
 - e) Problemas complexos do ponto de vista técnico (dificuldade de compreensão dos processos que geram o problema ou processos que envolvem um grande número de interações) ou político (interesses múltiplos e conflituosos em torno de um problema).
 - f) Problemas que envolvem incerteza e risco, situações que não podem ser previstas;
 - g) Problemas marcados pelas chamadas “escolhas trágicas”, ou seja, que envolvem decisões caracterizadas por gerar benefícios a um grupo social ao mesmo tempo em que impõem perdas a outros grupos.
 - h) Problemas envolvendo redistribuição de riqueza por meio de subsídios, empréstimos, pensões e outras formas de transferências.

¹ Vale deixar claro que nem sempre será possível realizar uma aposta estratégica para um determinado assunto, considerando que às vezes não é viável identificar os pontos mais prováveis de serem cobrados a partir de critérios objetivos ou minimamente razoáveis.



2. Wicked problems, conforme explica Capella, é “mais do que um problema complexo, ou de difícil tratamento, são problemas desestruturados e que desafiam continuamente os analistas de políticas públicas.” Trata-se de “problemas mal definidos, difíceis de serem descritos, longe do alcance de soluções completas e objetivas.”
3. São características dos wicked problems:
 - Ausência de uma formulação definitiva.
 - Impossibilidade de adoção de uma solução definitiva.
 - Inexistência de uma solução correta
 - Impossibilidade de testar soluções previamente
 - Interligação a diversos outros problemas.
 - São problemas instáveis, sujeitos a múltiplas definições por parte dos diferentes grupos sociais interessados.
4. Para Howlett e Ramesh, as fases das políticas públicas são as seguintes:
 - A) Construção da agenda
 - B) Formulação da política
 - C) Tomada de decisão
 - D) Implementação
 - E) Avaliação
5. De acordo com a Corte de Contas Federal, as principais técnicas de coleta de dados são: questionários, entrevistas, observação direta e uso de dados existentes.



QUESTÕES ESTRATÉGICAS

Nesta seção, apresentamos e comentamos uma amostra de questões objetivas selecionadas estrategicamente: são questões com nível de dificuldade semelhante ao que você deve esperar para a sua prova e que, em conjunto, abordam os principais pontos do assunto.

A ideia, aqui, não é que você fixe o conteúdo por meio de uma bateria extensa de questões, mas que você faça uma boa revisão global do assunto a partir de, relativamente, poucas questões.

1. (FGV – FUNSAÚDE-CE – Analista Administrativo - 2021)

Caso o poder público tenha o intuito de conceder benefícios sociais, mas sem criar uma situação conflituosa entre os diversos atores e grupos de interesse da sociedade, é recomendada a elaboração de uma política do tipo

- a) regulatória.
- b) constitutiva.
- c) redistributiva.
- d) distributiva.
- e) processual.

Comentários:

No caso narrado pelo enunciado é recomendado que o poder público elabore uma política distributiva. As políticas distributivas são aquelas em que os benefícios são concentrados apenas para alguns grupos de atores da sociedade, enquanto os custos são "difusos" (são divididos) por toda a coletividade (contribuintes). Essas políticas, geralmente, causam pouco conflito, uma vez que o "custo" é dividido por toda a coletividade (ou seja, os custos acabam sendo "baixos" e as pessoas acabam não "percebendo" esses custos).

Por outro lado, as políticas redistributivas são políticas nas quais um grupo restrito de pessoas custeia o benefício de um outro grupo restrito de pessoas. Ou seja, os benefícios são concentrados em determinado grupo de atores da sociedade, enquanto os custos são concentrados em outro grupo de pessoas. Trata-se de políticas que tem por objetivo redistribuir rendas (ou seja, alterar o grau de "concentração" dos recursos), deslocando conscientemente recursos das classes mais abastadas/privilegiadas financeiramente da sociedade para as classes menos abastadas da sociedade. Em outras palavras, trata-se de "tirar dos ricos" (grupo "perdedor") para "dar aos pobres" (grupo "ganhador"). Essas políticas geralmente provocam muitos conflitos, pois representam um jogo de "soma zero" (situação "ganha-perde").

O gabarito é a letra D.



2. (QUADRIX – CFP – Analista Técnico)

Alocação de recursos; ordens, proibições, decretos e portarias; e divisão dos recursos em dois grupos distintos são características das políticas:

- a) Estratégica, normativa e distributiva.
- b) Concessão, legislativa e divisória.
- c) Distributiva, regulatória e redistributiva.
- d) Redistributiva, normativa e concessão.
- e) Distributiva, legislativa e concessão.

Comentários:

Alocação de recursos está relacionada a políticas distributivas.

Ordens, proibições, decretos e portarias estão relacionados a políticas regulatórias.

Divisão dos recursos em dois grupos distintos está relacionada a políticas redistributivas.

O gabarito é a letra C.

3. (CESPE – IPHAN – Analista - 2018)

A fim de atender demandas sociais, a intersetorialidade requer capacidade de negociação e intermediação de conflitos para a resolução de um problema coletivo.

Comentários:

Isso mesmo!

A intersetorialidade é "um processo organizado e coletivo, não pode ser espontânea. Trata-se de uma ação deliberada que requer o respeito à diversidade e às particularidades de cada setor ou participante. Envolve espaços comunicativos, capacidade de negociação e intermediação de conflitos para a resolução ou enfrentamento final do problema principal e para a acumulação de forças, na construção de sujeitos, na descoberta da possibilidade de agir".

É necessário um processo organizado e coletivo, envolvendo comunicação, negociação e intermediação de conflitos.

Gabarito: correta.

4. (FGV – SEPOG-RO – Especialista em Gestão Pública e Gestão Governamental – 2017)

A literatura aponta as principais etapas ou fases para o processo de formulação de políticas públicas.

- 1. Identificação do problema
- 2. Construção da agenda
- 3. Formulação de alternativas (políticas públicas)
- 4. Tomada de decisão
- 5. Implementação



6. Avaliação

Assinale a opção que descreve como ficou conhecida essa dinâmica.

- a) Ciclo de políticas públicas.
- b) Manual de políticas públicas.
- c) Problema público.
- d) Diagnóstico situacional.
- e) Decisão política.

Comentários:

A assertiva trouxe fases do Ciclo de Políticas Públicas. Perceba que a banca se baseou o modelo de Secchi (sem considerar, contudo, a última fase que Secchi propõe: Extinção).

O ideal é que você mantenha a “mente aberta” para aceitar diversos “modelos” que a banca pode te apresentar, OK?

A ideia “central” será sempre a mesma. Contudo, os modelos apresentam fases/etapas diferentes.

O gabarito é a letra A.

5. (CONSULPLAN – Câmara de Belo Horizonte-MG – Coordenador – 2018 - ADAPTADA)

A formulação de políticas públicas consiste, em linhas gerais, num processo de encontrar um conjunto de possíveis políticas para solução de determinado problema.

Comentários:

Isso mesmo!

A etapa de formulação de políticas públicas envolve o estabelecimento de objetivos, bem como o desenvolvimento, seleção e especificação das alternativas (possíveis políticas) consideradas mais convenientes para solucionar determinado problema.

Gabarito: correta.

6. (CONSULPLAN – Câmara de Belo Horizonte-MG – Coordenador – 2018)

Um modelo de construção de políticas públicas afirma que a compreensão do problema e das soluções é limitada, e as organizações operam em um sistema de tentativa e erro. Em síntese, o modelo defende que “soluções procuram por problemas”. Este importante conceito, trazido na década de 70 por Cohen, March e Olsen, denomina-se:

- a) garbage can (“lata de lixo”).
- b) policy makers (“decisores de política”).
- c) multiple streams (“múltiplas correntes”).
- d) advocacy coalition (“coalisão de defesa”).

Comentários:



O ponto central do modelo Garbage can (lata de lixo) é que as soluções/alternativas procuram os problemas (e não o contrário).

O gabarito é a letra A.

7. (CESPE – EBC – Analista)

Na avaliação de políticas públicas, são aceitos como métodos válidos tanto os quantitativos quanto os qualitativos.

Comentários:

Isso mesmo!

Conforme explica Cunha, além do caráter de mensuração objetiva de resultados (aspectos quantitativos), a avaliação possui também aspectos qualitativos, constituindo-se em um julgamento sobre o valor das intervenções governamentais por parte dos avaliadores internos ou externos, bem como por parte dos usuários ou beneficiários.

Gabarito: correta.

8. (CESPE/CEBRASPE – PGE-PE – Analista Administrativo de Procuradoria - 2019)

A atividade de monitoramento constitui um processo contínuo que retroalimenta o ciclo de ajustes de uma política.

Comentários:

Isso mesmo!

O monitoramento é “um processo contínuo ao longo da implementação, realizado pelo próprio órgão responsável pela política pública. Tem como objetivo controlar a entrega de insumos, o calendário de trabalho e verificar se os produtos estão de acordo com as metas. Com o objetivo de retroalimentar o ciclo de ajustes de uma política e o seu plano de gestão de riscos (ou seja, fornecer “feedback”), o monitoramento deve ser realizado de forma rotineira.

Gabarito: correta.



QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

A ideia do questionário é elevar o nível da sua compreensão no assunto e, ao mesmo tempo, proporcionar uma outra forma de revisão de pontos importantes do conteúdo, a partir de perguntas que exigem respostas subjetivas.

São questões um pouco mais desafiadoras, porque a redação de seu enunciado não ajuda na sua resolução, como ocorre nas clássicas questões objetivas.

O objetivo é que você realize uma autoexplicação mental de alguns pontos do conteúdo, para consolidar melhor o que aprendeu ;)

Além disso, as questões objetivas, em regra, abordam pontos isolados de um dado assunto. Assim, ao resolver várias questões objetivas, o candidato acaba memorizando pontos isolados do conteúdo, mas muitas vezes acaba não entendendo como esses pontos se conectam.

Assim, no questionário, buscaremos trazer também situações que ajudem você a conectar melhor os diversos pontos do conteúdo, na medida do possível.

É importante frisar que não estamos adentrando em um nível de profundidade maior que o exigido na sua prova, mas apenas permitindo que você compreenda melhor o assunto de modo a facilitar a resolução de questões objetivas típicas de concursos, ok?

Nosso compromisso é proporcionar a você uma revisão de alto nível!

Vamos ao nosso questionário:

Perguntas

- 1 - Defina políticas públicas.
- 2 - Aponte 08 (oito) problemas públicos que fazem parte do cotidiano da produção de políticas públicas.
- 3 - Defina Wicked problems, conforme definido por Capela.
- 4 - Quais as características dos wicked problems?
- 5 - Classifique, de acordo com Teixeira, as políticas públicas quanto à natureza ou grau de intervenção.
- 6 - Classifique, de acordo com Teixeira, as políticas públicas quanto à abrangência dos possíveis benefícios.
- 7 - Quais as fases das políticas públicas, de acordo com Howlett e Ramesh?
- 8 - Elenque os pontos da avaliação, quanto à metodologia.



- 9 - Aponte modelos de tomada de decisão referente às políticas públicas.
- 10 - Quais os possíveis desfechos poderá ter a avaliação da política pública?
- 11 - Defina os métodos de análise das políticas públicas definidas como métodos quantitativos ou qualitativos.
- 12 - Defina as técnicas de Análise Custo-Benefício e Análise Custo-Efetividade.
- 13 - Aponte os principais métodos de análise de dados.
- 14 - Quais as principais técnicas de coleta de dados, de acordo com o TCU?
- 15 - Quais os 05 (cinco) componentes no modelo lógico na formulação de políticas públicas?

Perguntas com respostas

1 - Defina políticas públicas.

R: As políticas públicas consistem em um conjunto de decisões, ações e atividades que o governo desempenha para alcançar resultados que melhorem a vida dos cidadãos. Ou seja, trata-se de um conjunto de ações, planos, metas e objetivos que o governo traça, com o objetivo de alcançar o bem-estar social (bem comum).

2 - Aponte 08 (oito) problemas públicos que fazem parte do cotidiano da produção de políticas públicas.

R: Os 08 (oito) problemas públicos, que fazem parte do cotidiano da produção de políticas públicas:

- a) Problemas sem clara delimitação de fronteiras, sejam elas organizacionais, geográficas, setoriais ou mesmo relacionadas às distinções entre setor público e privado, característica que eleva a quantidade de atores envolvidos, interesses, ideias e potenciais conflitos e que aumenta a demanda por coordenação.
- b) Problemas relacionados a bens públicos e que por esse motivo justificam a intervenção do setor público.
- c) Problemas que envolvem escala e ações que precisam ser desenvolvidas em conjunto.
- d) Problemas difíceis de serem resolvidos, ou que criam novos problemas.
- e) Problemas complexos do ponto de vista técnico (dificuldade de compreensão dos processos que geram o problema ou processos que envolvem um grande número de interações) ou político (interesses múltiplos e conflituosos em torno de um problema).



- f) Problemas que envolvem incerteza e risco, situações que não podem ser previstas;
- g) Problemas marcados pelas chamadas “escolhas trágicas”, ou seja, que envolvem decisões caracterizadas por gerar benefícios a um grupo social ao mesmo tempo em que impõem perdas a outros grupos.
- h) Problemas envolvendo redistribuição de riqueza por meio de subsídios, empréstimos, pensões e outras formas de transferências.

3 - Defina Wicked problems, conforme definido por Capela.

R: Wicked problems, conforme explica Capella, é “mais do que um problema complexo, ou de difícil tratamento, são problemas desestruturados e que desafiam continuamente os analistas de políticas públicas.” Trata-se de “problemas mal definidos, difíceis de serem descritos, longe do alcance de soluções completas e objetivas.”

4 - Quais as características dos wicked problems?

R: São características dos wicked problems:

- Ausência de uma formulação definitiva.
- Impossibilidade de adoção de uma solução definitiva.
- Inexistência de uma solução correta
- Impossibilidade de testar soluções previamente
- Interligação a diversos outros problemas.
- São problemas instáveis, sujeitos a múltiplas definições por parte dos diferentes grupos sociais interessados.

5 - Classifique, de acordo com Teixeira, as políticas públicas quanto à natureza ou grau de intervenção.

R: Teixeira ensina que, quanto à natureza ou grau de intervenção, as políticas públicas podem ser classificadas em 02 tipos:

- Estrutural: buscam interferir em relações estruturais como renda, emprego, propriedade, etc.
- Conjuntural (Emergencial): são políticas que tem por objetivo intervir sobre uma situação temporária e imediata.

6 - Classifique, de acordo com Teixeira, as políticas públicas quanto à abrangência dos possíveis benefícios.

R: Teixeira destaca que, quanto à abrangência dos possíveis benefícios, as políticas públicas podem ser classificadas de 03 formas:

- Universais: são para todos os cidadãos.



- Segmentais: são para um segmento específico da população, caracterizado por um fator determinado (idade, condição física, gênero etc.)
- Fragmentadas: são destinadas a grupos sociais específicos dentro de determinado segmento.

7 - Quais as fases das políticas públicas, de acordo com Howlett e Ramesh?

R: Para Howlett e Ramesh, as fases das políticas públicas são as seguintes:

- A) Construção da agenda
- B) Formulação da política
- C) Tomada de decisão
- D) Implementação
- E) Avaliação

8 - Elenque os pontos da avaliação, quanto à metodologia.

R: Quanto à metodologia, a avaliação pode ser de 03 tipos:

- Avaliação de Metas: tem por objetivo analisar o grau de sucesso da política pública em relação ao alcance das metas (objetivos) propostas. O foco está na eficácia.
- Avaliação de Impacto: tem por objetivo identificar os efeitos produzidos sobre os beneficiários da política pública. O foco está na efetividade.
- Avaliação de Processos: tem por objetivo investigar o alcance e "cobertura" de um programa/políticas pública, o grau em que se está alcançando a população beneficiária e, principalmente, o acompanhamento de seus processos internos. O foco está na eficiência.

9 - Aponte modelos de tomada de decisão referente às políticas públicas.

R: Seguem modelos de tomada de decisão:

- Modelo Racional (Racional-compreensivo): considera que o responsável por tomar as decisões possui informações completas e a capacidade plena para processá-las, sendo capaz, ainda, de compreender as consequências exatas de cada decisão. Esse modelo parte do princípio de que o tomador de decisão conhece todos os custos e benefícios envolvidos em cada decisão. O objetivo é optar por políticas em que os ganhos (benefícios) superem os custos, e evitar aquelas políticas em que os custos sejam maiores do que os ganhos (benefícios). O foco está em buscar as alternativas mais eficientes.



- Modelo Incremental: busca-se solucionar os problemas de maneira gradual (ou seja, "pouco a pouco", sem introduzir grandes modificações e sem introduzir rupturas de qualquer natureza). Em contraponto ao modelo racional, o modelo incremental leva em consideração os "custos" das decisões e também leva em consideração que nem sempre se tem todas as informações disponíveis. Portanto, as decisões devem ser, muitas vezes, incrementais, de pequena escala, em processos de "ajustamento mútuo entre os parceiros".
- Mixed-scanning (Sondagem mista): Os dois modelos que estudamos anteriormente apresentam alguns "problemas". O modelo racional é considerado ingênuo por acreditar que a informação é "perfeita" e por não considerar adequadamente o peso das relações de poder na tomada de decisões. O modelo incremental, por sua vez, mostra-se pouco compatível com a necessidade de mudanças e pode apresentar um viés conservador.
- Garbage can (lata de lixo): o ponto central desse modelo é que as soluções/alternativas procuram os problemas (e não o contrário). Ou seja, primeiro são construídas diversas soluções em "tese" (ou seja, soluções que ainda não tem um problema específico em mira). Essas soluções ficam "aguardando" em uma "lata de lixo" (isto é, a "lata de lixo" possui uma "coleção" de soluções em tese).

10 - Quais os possíveis desfechos poderá ter a avaliação da política pública?

R: A avaliação da política pública pode ter, como resultado, os seguintes desfechos:

- a) continuação da política pública da maneira que ela está.
- b) reestruturação marginal de aspectos práticos da política pública (casos em foram observadas algumas adversidades; portanto, existe a necessidade de serem feitos alguns ajustes).
- c) extinção da política pública (casos em que o "problema" público foi resolvido, ou então uando as adversidades observadas na implementação da política publica são muito grandes e insuperáveis).

11 - Defina os métodos de análise das políticas públicas definidas como métodos quantitativos ou qualitativos.

R: A análise das políticas públicas pode ser realizada através de métodos quantitativos ou qualitativos.

- Métodos Quantitativos (objetivos): São capazes de medir um resultado de forma objetiva. O valor numérico obtido representa o fenômeno que está sendo medido. Os resultados podem ser medidos mais facilmente. Por exemplo: número de homicídios, número de óbitos por doença contagiosa, etc.



- Métodos Qualitativos (subjetivos): são métodos mais subjetivos (dependem do julgamento individual de cada pessoa). Buscam avaliar as “mudanças” ocorridas ou “sentidas” em determinado processo. Por exemplo: avaliação do sentimento da população em relação à segurança na cidade; ou então, avaliação da população em relação aos serviços de saúde oferecidos pela cidade.

12 - Defina as técnicas de Análise Custo-Benefício e Análise Custo-Efetividade.

R: As políticas públicas podem ser analisadas através de duas técnicas: Análise Custo-Benefício e Análise Custo-Efetividade. Essas técnicas são utilizadas para auxiliar o gestor público a tomar decisões sobre quais políticas públicas ele deve implementar.

- Análise Custo-Benefício (ACB): é utilizada quando os custos e os resultados das políticas públicas podem ser traduzidos em unidades monetárias (dinheiro). Trata-se de uma análise quantitativa.
- Análise Custo-Efetividade (ACE): é utilizada quando os resultados (impactos) não podem ser aferidos monetariamente. Portanto, busca-se analisar os benefícios (impactos) dos programas ou projetos governamentais. Trata-se de uma análise qualitativa.

13 - Aponte os principais métodos de análise de dados.

R: principais métodos de análise de dados são:

- Tabulação de frequências: Esse método é utilizado para analisar as informações coletadas através de questionários. Após a coleta de informações, os dados devem ser tabulados; isto é, as informações devem ser cheçadas e dispostas de forma a permitir que sejam realizados cálculos de frequência, representação gráfica das informações, etc. Em outras palavras, consiste em “organizar” os dados para que seja mais fácil “visualizar” as informações obtidas.
- Análise gráfica de dados: Depois que os dados já foram coletados e devidamente tabulados, podem ser elaborados diversos tipos de gráficos (histogramas, gráficos de barras, gráficos de dispersão, etc.). Com isso, é possível sintetizar as informações e visualizar “tendências”, bem como desempenhos extremos (diferenças grandes nos resultados, sejam bons ou ruins). Por exemplo: através de um gráfico, é possível verificar a desigualdade na distribuição de bens ou serviços públicos.
- Análise qualitativa: A análise qualitativa (subjetiva) é feita com base no julgamento profissional de especialistas. Portanto, depende do julgamento dos avaliadores. Esse tipo de análise envolve a comparação entre informações proveniente de diversas fontes.



14 - Quais as principais técnicas de coleta de dados, de acordo com o TCU?

R: De acordo com a Corte de Contas Federal, as principais técnicas de coleta de dados são: questionários, entrevistas, observação direta e uso de dados existentes.

15 - Quais os 05 (cinco) componentes no modelo lógico na formulação de políticas públicas?

R: O modelo lógico é uma metodologia de formulação de políticas públicas formado por 05 componentes (elementos):

- Insumos: Referem-se aos recursos do setor público (orçamentários ou não) necessários para atingir os objetivos da política pública.
- Processos: São as ações que combinam os recursos disponíveis para produzir bens e serviços a fim de atacar as causas do problema.
- Produtos: São os bens ou serviços resultantes de um processo, ou seja, as entregas (outputs) que a política pública faz para atacar as causas do problema e gerar resultados.
- Resultados: São mudanças incidentes sobre as causas do problema, que decorrem de um ou mais produtos.
- Impactos: Mudança de longo prazo no problema que a política busca enfrentar, alinhado aos objetivos da política. Ou seja, tratam-se das contribuições da política pública para determinadas mudanças sociais.



LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS

1. (CESPE – TJ-PA – Analista Judiciário – 2020)

Julgue o item a seguir, a respeito da tipologia da avaliação de políticas públicas. Avaliação de conteúdo — tipo de avaliação com foco nos resultados e impactos — destina-se a informar os gestores para que estes decidam se a política ou o programa devem continuar, ser interrompidos ou ser alterados.

2. (CESPE – TJ-PA – Analista Judiciário – 2020)

Julgue o item a seguir, a respeito da tipologia da avaliação de políticas públicas. Avaliação jurídica consiste no exame da conformidade dos atos do gestor com a lei ao conduzir a política pública, o programa ou o projeto.

3. (CESPE – SECONT-ES – Auditor do Estado)

O censo é o oposto da técnica de amostragem e deve ser utilizado sempre que houver necessidade de alta precisão dos dados.

4. (CESPE/CEBRASPE – SLU-DF – Analista - 2019) A avaliação formativa afere os resultados obtidos pelo conjunto das ações desenvolvidas no âmbito de determinado programa.

5. (AOCP – EBSEH – Assistente Social – 2017)

“É realizada por pessoas que não integram o quadro da instituição agente do programa. Supostamente são especialistas com experiência e conhecimento de metodologia de avaliação”.

O enunciado se refere à

- a) avaliação participativa.
- b) avaliação mista.
- c) avaliação interna.
- d) avaliação composta.
- e) avaliação externa.

6. (CESPE – TRE-PE – Analista de Gestão - 2017)

A formulação e o desenvolvimento de políticas públicas seguem etapas sequenciais no chamado ciclo de políticas públicas. Nesse ciclo, uma tarefa típica da etapa de construção de agendas consiste em

- a) organizar as demandas sociais.
- b) realizar estudo técnico de soluções para um problema público.
- c) construir alianças políticas.



d) julgar os efeitos previstos para uma política pública.

e) designar atores responsáveis pela execução de tarefas intermediárias para a implementação de um programa público.

7. (CESPE/CEBRASPE – MPE-CE – Analista Ministerial - 2020)

Modelo lógico é uma metodologia de formulação de políticas públicas composta pelos seguintes elementos: insumos, atividades, produtos, resultados e impactos.



Gabarito

GABARITO



1. Correto
2. Correto
3. Correto
4. Errado
5. Letra E
6. Letra A
7. Correto

...

Grande abraço e bons estudos!

Rodrigo Perni



YouTube

www.instagram.com/coachrodrigoperni



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.